



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Pró-Reitoria Administrativa  
Coordenação de Material e Patrimônio  
Comissão Permanente de Licitações

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 55/2020**

**PROCESSO Nº 23110.019374/2020-17**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Universidade Federal de Pelotas, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, telefone (53) 3284-3924, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço por item e por lote para REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, para **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS MANUAIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**, conforme pedidos 2481/2020 da Superintendência de Infraestrutura, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**1. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO**

**DATA: 23/09/2020**

**HORÁRIO: 09:00 horas** (horário de Brasília)

**LOCAL: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

**CÓDIGO UASG: 154047**

1.1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), até a data e horário da abertura da licitação (definidos acima), exclusivamente por meio eletrônico.

1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

## 2. DO OBJETO

2.1. Esta licitação tem por objeto o registro de preços para **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS MANUAIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**, conforme pedidos 2481/2020 da Superintendência de Infraestrutura, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. Nos termos do Art. 16º, Decreto n.º 7.892/2013, **a homologação deste procedimento licitatório não obriga a UFPel a contratar integral ou parcialmente o objeto licitado**, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. **Qualquer discordância entre a descrição do objeto neste edital e o contido no Compras Governamentais, valerá o primeiro.**

2.4. A licitação será dividida em grupos e itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens e/ou grupos forem de seu interesse, sendo que para os grupos deve-se oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2.5. O critério de julgamento adotado será o menor preço do grupo e por item avulso, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.6. Este Pregão possui **TRATAMENTO DIFERENCIADO – Benefício Tipo I** – Contratação exclusiva para ME/EPP e Cooperativas de acordo com o Decreto nº 8.538/2015, devido ao valor de cada item/ote ser inferior a R\$ 80.000,00.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. Para iniciar o procedimento do registro cadastral, o fornecedor interessado, ou quem o represente, deverá acessar o Sicafe no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é **EXCLUSIVA** a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.4.1.1. A assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

- 4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor **UNITÁRIO** do item;

6.1.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade fixada no Termo de Referência para cada item, sendo que o licitante participante deste Pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item;

6.1.3. Marca;

6.1.4. Fabricante;

6.1.5. Descrição do objeto.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.3. Caso haja divergência entre o produto cadastrado no Compras Governamentais e o produto apresentado na proposta encaminhada após a fase de lances, o Pregoeiro poderá solicitar, via chat, a confirmação de qual produto será entregue.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou produtos.

6.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

6.5.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.6. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega das propostas (abertura da sessão). O pregão deverá ser homologado dentro desse prazo (60 dias), e a partir desta data (data de homologação), o licitante obriga-se a manter as condições estabelecidas pelo período de vigência do Registro de Preços. Caso a homologação não ocorra dentro dos 60 (sessenta) dias, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.6.1. Se por ventura o pregão demorar mais de 60 (sessenta) dias, o Pregoeiro poderá solicitar confirmação, por parte da licitante, de que renova sua proposta. Assim, a validade da proposta passa a ser de 60 (sessenta) dias a contar da data da renovação.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2.4. **Eventual pedido de desclassificação do licitante deverá ser acompanhado de justificativa**, cabendo ao pregoeiro deliberar sobre sua aceitação ou recusa.

7.2.4.1. Se o pedido de desclassificação ocorrer durante a fase de lances e for possível a exclusão do lance pelo Pregoeiro antes do encerramento do item, o pedido será considerado aceito.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. Os lances deverão ser ofertados para o valor **UNITÁRIO** do item, **com apenas duas casas decimais**. Caso o lance tenha mais de duas casas decimais, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.

7.7. Será declarado vencedor do lote a empresa que obtiver o menor preço global, bem como o menor preço válido ofertado para o mesmo item do grupo na fase de lances.

7.7.1. caso algum item do grupo não seja o menor valor cotado na fase de lances, o pregoeiro passará a negociar o valor com o licitante detentor do menor valor global.

7.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 01 % (um ponto percentual)**.

7.11. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 7.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 7.17.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.23. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.24. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.24.1. no país;
- 7.24.2. por empresas brasileiras;
- 7.24.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.24.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.25. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.26.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.1.1. Em relação às especificações do objeto, sempre que necessário o Pregoeiro se reserva o direito de consultar a área técnica demandante, com a finalidade de analisar o cumprimento do objeto ofertado frente ao solicitado no edital.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7. **Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.**

8.8. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Para possíveis trocas de mensagens, após a fase de lances, inclusive em relação a negociação de valores, o Pregoeiro irá conceder prazo razoável para resposta do licitante. O prazo mínimo que será concedido é de dez minutos, podendo ser superior, a critério do Pregoeiro.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação

jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**9.10.1. Habilitação jurídica:**

9.10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

9.10.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova

da indicação dos seus administradores;

9.10.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.10.1.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012;

9.10.1.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);

9.10.1.9. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.10.1.10. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.10.1.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 9.10.2. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.10.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.2.5. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### 9.10.3. **Qualificação Técnica:**

9.10.3.1. **Catálogo com as especificações técnicas dos produtos/equipamentos.**

9.10.4. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual

e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.10.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.10.5.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.10.6. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.10.7. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.10.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10.10. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.10.11. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.10.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

12.3.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## 14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O Registro de Preços será formalizado mediante assinatura da Ata de Registro de preços pela UFPel (por meio da assinatura eletrônica constante na termo de homologação). A Ata, publicada no sítio: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições e prazo estipulados no Edital.

14.2. A Ata de Registro de Preços a ser enviada pela empresa vencedora, conforme Anexo II do edital, deverá ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**14.2.1. Na Ata de Registro de Preços a ser enviada após o encerramento da fase de lances, deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.**

14.2.2. A Ata de Registro de Preços final deverá ser documentada nos autos e

será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3. A existência de preços registrados não assegura ao licitante o direito ao fornecimento do objeto, podendo a Administração, se assim entender, promover nova licitação específica para aquisição dos mesmos, sendo assegurada, entretanto, ao fornecedor com preço registrado o fornecimento em igualdade de condições.

14.4. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços (conforme preâmbulo deste edital) começará a contar da data de homologação do pregão eletrônico, no sítio do Compras Governamentais, pela autoridade competente.

14.5. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou produtos com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

## **15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão de Notas de Empenho, em caso de necessidade de aquisição, obedecido o prazo de entrega previsto na proposta.

## **16. DO PREÇO**

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

## **17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. O pagamento devido à Contratada será efetuado por meio de Ordem Bancária, mediante a apresentação da fatura, atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do recebimento do bem, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do

atesto da Administração na fatura apresentada.

19.2. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

19.3. Fica a empresa ciente que por ocasião do pagamento será verificada a situação da empresa junto ao SICAF, notadamente quanto à regularidade perante a Receita Federal, o Sistema de Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso a empresa apresente alguma irregularidade fiscal, a contratada receberá advertência por escrito e deverá providenciar as medidas saneadoras no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou apresentar sua defesa, sob pena de rescisão do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde não acarrete qualquer ônus para a Contratante.

19.3.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado no SICAF.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.7.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.8. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual

19.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

<b>I =</b>	<b>(6 / 100)</b>
	<b>365</b>

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

## 20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após a homologação da licitação, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. As penalidades contratuais são as previstas na Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto 10.024/2019 e demais normas cogentes.

21.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei 8.666/93 o licitante/adjudicatário/contratado que:

21.2.1. não assinar a ata de registro de preços, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.2.2. apresentar documentação falsa;

21.2.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.2.5. não manter a proposta;

21.2.6. comportar-se de modo inidôneo;

21.2.7. cometer fraude fiscal;

21.2.8. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.2.9. fraudar na execução do contrato.

21.3. A licitante vencedora incorrerá em atraso na entrega do objeto licitado, se não

fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado no item 23.11 do Edital.

21.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.5. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.5.1. advertência;

21.5.2. multa de até 20% (vinte por cento) do valor do Empenho, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada;

21.5.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a UFPel pelo prazo de até dois anos;

21.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93;

21.5.5. impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

21.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.7. A multa de mora será aplicada da seguinte maneira, com base no valor do empenho:

21.7.1. 5% (cinco por cento) para atraso de até 09 (nove) dias;

21.7.2. 10% (dez por cento) para atraso de 10 (dez) a 29 (vinte e nove) dias;

21.7.3. 20% (vinte por cento) a partir do 30º dia de atraso.

21.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.9. Os créditos da UFPel, de qualquer natureza, não pagos nos prazos previstos na legislação, serão acrescidos de multa de mora, cuja taxa será de trinta e três centésimos por cento, por dia de atraso, até o limite de vinte por cento, calculada a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o pagamento até o dia em que ocorrer o seu pagamento e acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao do encerramento do período de apuração até o último dia do mês anterior ao do pagamento e de um por cento no mês do pagamento, conforme disposto no artigo 37A da Lei 10.522/2002 e art. 61 da Lei 9.430/1996.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

22.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos.

22.2. A impugnação e a solicitação de esclarecimento deverão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail **cpl.ufpel@gmail.com**.

22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação e responder aos questionamentos no prazo de até dois dias úteis contados da data do recebimento.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.8.1. Em caso de divergência entre o valor cadastrado pelo fornecedor no Compras governamentais e o valor apresentado em sua proposta, após a fase de lances, prevalecerá o valor do Compras governamentais.**
- 23.9. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Pregão, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes direito à reclamação ou indenização.
- 23.10. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.
- 23.11. O prazo de entrega dos produtos objeto da Nota de Empenho não poderá exceder a 30 (trinta) dias, a contar da ciência da emissão do empenho, sendo a empresa notificada via e-mail, obrigando-se a confirmar seu recebimento. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo concedido para a entrega começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
- 23.12. Os produtos fornecidos fora das especificações ficarão sujeitos à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Universidade.
- 23.13. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.
- 23.14. Os produtos deverão ter garantia ou validade de no mínimo **12 (doze) meses**, a contar da entrega.
- 23.15. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório, notadamente a regularidade fiscal, sem a qual não será efetivado pagamento algum, sem configuração de mora da UFPel.
- 23.16. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação da UFPel com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no SICAF ou o e-mail cadastrado na Proposta/Ata de Registro de Preços enviada após a fase de lances.
- 23.16.1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

23.17. **Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa.**

23.18. A UFPel emitirá a Nota de Empenho na quantidade e valor que for de seu interesse no momento da emissão. Não há quantidade/valor mínimo a ser adquirido em cada Nota de Empenho, devendo o licitante fornecer o objeto conforme solicitado.

23.19. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal-Subseção Judiciária de Pelotas.

23.20. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.ufpel.edu.br](http://www.ufpel.edu.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) – Licitações, Bairro Centro, Pelotas/RS, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados..

23.21. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, *exclusivamente* através do endereço eletrônico: [cpl.ufpel@gmail.com](mailto:cpl.ufpel@gmail.com).

23.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.22.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.22.2. ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Pelotas, 14 de agosto de 2020.

Paulo Afonso Hartmann Almeida  
Pregoeiro

Revisado por:  
Claudia da Silva Csmpele  
Chefe do Núcleo de Licitações

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 55/2020**

**PROCESSO Nº 23110.019374/2020-17**

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço para REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS MANUAIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**, conforme pedidos 2481/2020 da Superintendência de Infraestrutura, de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

Item	Lote	Quantidade	Unidade	Código SIASG	Especificação	Valor Unitário Estimado R\$
1	Avulso	20	CADA	409623	APLICADOR MANUAL PROFISSIONAL, APLICAÇÃO SILICONE, FABRICADA E REFORÇADA EM AÇO CARBONO, PINTURA EPOXI, POSSIBILITA APLICAÇÃO DE CARTUCHOS EM PVC OU ALUMÍNIO, EMBOLO REFORÇADO, ACIONADA POR ALAVANCA MANUAL.	68,59
2	Avulso	4	CADA	270652	MORSA DE BANCADA PARA FURADEIRA 2.1/2 POL, CORPO EM FERRO FUNDIDO, ABERTURA MÁXIMA DOS MORDENTES 55MM, ALTURA DOS MORDENTES 20MM, LARGURA 130MM, COMPRIMENTO 130MM, ALTURA 55MM.	100,60
3	Avulso	4	CADA	302523	MORSA DE BANCADA PARA FURADEIRA 4 POL, CORPO EM FERRO FUNDIDO, ABERTURA MÁXIMA DOS MORDENTES 101MM, ALTURA DOS	115,59

					MORDENTES 23MM, LARGURA 170MM, COMPRIMENTO 180MM, ALTURA 55MM.	
4	Avulso	2	CADA	301839	PISTOLA PROFISSIONAL PARA PINTURA PNEUMÁTICA, TIPO SUÇÇÃO MÉDIA PRODUÇÃO, BICO 1,6MM, TAMPA DE NYLON, CANECA DE ALUMÍNIO CAPACIDADE 1000ML, PRESSÃO DE TRABALHO 35 - 50 PSI.	207,45
5	1	20	CADA	251024	ALICATE BICO MEIA CANA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TIPO MEIA-CANA CURTO 45°, COMPRIMENTO 6.1/4 POL, BICO CURVO, MATERIAL CABO PLÁSTICO ISOLAMENTO 1000V.	163,29
6	1	20	CADA	354432	ALICATE BICO MEIA CANA RETO, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TEMPERA TOTAL NO CORPO, TEMPERA POR INDUÇÃO NO GUME DE CORTE, MATERIAL CABO PLÁSTICO ISOLADO, COMPRIMENTO 5 POL.	27,52
7	1	20	CADA	283974	ALICATE CRIMPADOR PARA TERMINAIS RJ 9, RJ 11 E RJ 45, CORPO METÁLICO DE ALTA RESISTÊNCIA, EQUIPADO COM CATRACA PARA REALIZAR CONEXÕES.	244,55

8	1	20	CADA	354551	ALICATE DE BICO MEIA-CANA RETO, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TRATAMENTO TÉRMICO TOTAL E INDUÇÃO NO CORTE, ISOLAÇÃO 1000V, COMPRIMENTO 6 POL.	85,71
9	1	20	CADA	275061	ALICATE DE CORTE DIAGONAL, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, CABO ISOLADO 1000V, TRATAMENTO TÉRMICO TOTAL E INDUÇÃO NO CORTE, COMPRIMENTO 6.1/4 POL, CAPACIDADE DE CORTAR ARAME DURO ATÉ 1,6MM.	55,73
10	1	20	CADA	468613	ALICATE DE PRESSÃO, MATERIAL NIQUELADO, MORDENTES FORJADOS EM AÇO CROMO VANÁDIO, MORDENTE INFERIOR TRIANGULAR, REGULAGEM VARIÁVEL, COMPRIMENTO 10 POL, ABERTURA DA BOCA 28MM.	35,90
11	1	20	CADA	393437	ALICATE DESENCAPADOR DE FIOS, TAMANHO 8", CABO ERGONÔMICO PRODUZIDO EM POLIPROPILENO REFORÇADO E REVESTIMENTO EM BORRACHA, CORPO CONSTRUÍDO EM AÇO CARBONO COM GRANDE DURABILIDADE E SISTEMA	111,47

					ANTIFERRUGEM, DESENCAPA BITOLAS DE FIOS 0,2 À 6,0MM², CORTA FIOS DE 0,2 À 6,0MM², POSSUI BATENTE PARA CONTROLAR E AJUSTAR O TAMANHO DO FIO A SER DESENCAPADO.	
12	1	40	CADA	445372	ALICATE UNIVERSAL, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, MATERIAL CABO PLÁSTICO ISOLADO 1000V, TIPO DE CORTE LATERAL, 8 POL.	60,56
13	1	10	CADA	442094	REBITADOR MANUAL 10 POL, CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO, CABO FORJADO EM AÇO CROMO VANÁDIO, FUSO E PONTEIRAS EM AÇO ESPECIAL, CABOS COM EMPUNHADURA INJETADA, CAPACIDADE REBITES DE ALUMÍNIO 2.4, 3.2, 4.0, E 4.8 MM, E REBITES DE AÇO E AÇO INOX 2.4, 3.2 E 4.0 MM, ACOMPANHA CHAVE PARA TROCA DAS PONTEIRAS.	54,76
14	1	10	CADA	441194	REBITADOR MANUAL 20,5 POL, CORPO EM ALUMÍNIO FUNDIDO, CABOS EM CHAPAS DE AÇO, CASTANHAS EM AÇO ESPECIAL TEMPERADAS, CABOS COM EMPUNHADURA	109,73

					INJETADA, CAPACIDADE REBITES DE ALUMÍNIO, AÇO E AÇO INOX 3.2, 4.0, 4.8, 6.0 E 6.4MM, ACOMPANHAM DUAS CHAVE PARA TROCA DAS PONTEIRAS.	
15	2	4	CADA	241405	ALAVANCA SEXTAVADA, DIMENSÕES (COMP. X LARG. X ALT.): 1.500 X 50 X 26MM, FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL, TEMPERADA EM TODO CORPO DA PEÇA.	115,77
16	2	4	CADA	371966	CORTA-VERGALHÃO 30 POL, TIPO TESOURA, MATERIAL LÂMINAS AÇO CROMO MOLIBDÊNIO, CORPO DE AÇO REVESTIDO COM ALÇAS DE VINIL ANTI DESLIZANTE, CAPACIDADE CORTE: METAIS MACIOS 1/2 POL, METAIS DUROS 3/8 POL.	116,43
17	2	8	CADA	297257	MACHADINHA COM UNHA, PESO 450G, COM CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL, COM CABO EM MADEIRA.	27,30
18	2	20	CADA	377500	MARRETA, MATERIAL AÇO CARBONO FORJADO E TEMPERADO, MATERIAL CABO MADEIRA, PESO 1KG, TIPO OITAVADO,	26,71

					ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA ELETROSTÁTICA.	
19	2	20	CADA	377501	MARRETA, MATERIAL AÇO CARBONO FORJADO E TEMPERADO, MATERIAL CABO MADEIRA, PESO 2KG, TIPO OITAVADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA ELETROSTÁTICA.	50,80
20	2	4	CADA	421521	MARRETA, MATERIAL AÇO CARBONO FORJADO E TEMPERADO, MATERIAL CABO MADEIRA, PESO 5KG, TIPO OITAVADO, ACABAMENTO SUPERFICIAL PINTURA ELETROSTÁTICA.	153,22
21	2	40	CADA	253741	MARTELO DE BOLA, PESO 500G, CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DO BATENTE 35MM, COMPRIMENTO TOTAL 355MM, COMPRIMENTO DA CABEÇA 110MM, CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM CUNHA METÁLICA.	63,12
22	2	20	CADA	336574	MARTELO DE BOLA, PESO 800G, CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DO BATENTE 40MM, COMPRIMENTO TOTAL 380MM,	54,14

					COMPRIMENTO DA CABEÇA 125MM, CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM CUNHA METÁLICA.	
23	2	10	CADA	419069	MARTELO DE BORRACHA, COM UMA EXTREMIDADE DA CABEÇA PLANA E OUTRA ABAULADA, DIÂMETRO 80MM, CABO EM MADEIRA AUTOFIXÁVEL, COMPRIMENTO TOTAL 360MM.	41,72
24	2	10	CADA	326966	MARTELO DE PEDREIRO, CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO ESPECIAL, PESO 680G, LARGURA DA CABEÇA 27,5MM, COMPRIMENTO TOTAL 280MM, CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPOXI.	67,63
25	2	40	CADA	250428	MARTELO DE UNHA, CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DA CABEÇA 23MM, COMPRIMENTO TOTAL 300MM, CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPOXI.	16,43
26	2	40	CADA	342460	MARTELO DE UNHA, CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DA CABEÇA 29MM, COMPRIMENTO TOTAL 350MM, CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA	35,91

					FIXADO COM EPOXI.	
27	2	40	CADA	466175	MARTELO DE UNHA, CABEÇA FORJADA E TEMPERADA EM AÇO CARBONO, DIÂMETRO DA CABEÇA 34MM, COMPRIMENTO TOTAL 355MM, CABO DE MADEIRA ENVERNIZADA FIXADO COM EPOXI.	70,04
28	2	4	CADA	237889	MARTELO PENA, PESO 200G, COM CABO DE MADEIRA FIXADO POR CUNHA METÁLICA.	27,94
29	2	4	CADA	237887	MARTELO VIDRACEIRO, MATERIAL AÇO FORJADO E TEMPERADO, PESO DA CABEÇA 50G, LARGURA DO BATENTE 12MM, COMPRIMENTO TOTAL 250MM, CABO MADEIRA ENVERNIZADO FIXADO COM RESINA EPOXI, ACABAMENTO CORPO POLIDO.	23,29
30	2	8	CADA	442124	PÉ DE CABRA, DIÂMETRO 19MM, COMPRIMENTO 600MM, EXTREMIDADES COM TEMPERA POR INDUÇÃO.	57,15
31	2	20	CADA	293092	PONTEIRO, MATERIAL AÇO, BARRA SEXTAVADA, EMPUNHADURA EM MATERIAL FLEXÍVEL E RESISTENTE, COMPRIMENTO 25CM, TEMPERA POR INDUÇÃO NAS	70,65

					EXTREMIDADES, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, PESO 550G.	
32	2	20	CADA	262262	PONTEIRO, MATERIAL AÇO, BARRA SEXTAVADA, EMPUNHADURA EM MATERIAL FLEXÍVEL E RESISTENTE, COMPRIMENTO 35CM, TEMPERA POR INDUÇÃO NAS EXTREMIDADES, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, PESO 790G.	78,69
33	2	20	CADA	271509	TALHADEIRA COM EMPUNHADURA INJETADO EM PVC, MATERIAL AÇO CROMO VANADIO, TIPO SEXTAVADA, TEMPERA POR INDUÇÃO NO GUME DE CORTE, COMPRIMENTO TOTAL 10 POL, PESO 0,67KG, ACABAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO.	68,10
34	2	20	CADA	251611	TALHADEIRA COM EMPUNHADURA INJETADO EM PVC, MATERIAL AÇO CROMO VANADIO, TIPO SEXTAVADA, TEMPERA POR INDUÇÃO NO GUME DE CORTE, COMPRIMENTO TOTAL 12 POL, PESO 0,81KG, ACABAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO.	89,05
					TALHADEIRA COM EMPUNHADURA INJETADO EM PVC,	

35	2	20	CADA	342577	MATERIAL AÇO CROMO VANADIO, TIPO SEXTAVADA, TEMPERA POR INDUÇÃO NO GUME DE CORTE, COMPRIMENTO TOTAL 8 POL, PESO 0,48KG, ACABAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO.	66,20
36	3	20	CADA	216084	BALDE GALVANIZADO PARA CONCRETO, COM 2 ALÇAS RESISTENTES, SENDO UMA LATERAL, CAPACIDADE 10 LITROS, PARA UTILIZAÇÃO EM OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.	14,60
37	3	40	CADA	417993	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, ALÇA AÇO 1045 GALVANIZADO, 12 LITROS, COR PRETA, REFORÇO FUNDO E BORDA, ENCAIXE PARA MÃO NO FUNDO DO BALDE, PARA UTILIZAÇÃO EM OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL.	6,25
38	3	20	CADA	217157	COLHER PEDREIRO OVAL, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO 10 POL, MATERIAL CABO MADEIRA COM GUARNIÇÃO METÁLICA, CABO SOLDADO.	13,44
39	3	20	CADA	217161	COLHER PEDREIRO OVAL, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO 7 POL, MATERIAL CABO	29,73

					MADEIRA COM GUARNIÇÃO METÁLICA, CABO SOLDADO.	
40	3	20	CADA	217151	COLHER PEDREIRO OVAL, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO 8 POL, MATERIAL CABO MADEIRA COM GUARNIÇÃO METÁLICA, CABO SOLDADO.	31,62
41	3	20	CADA	217160	COLHER PEDREIRO OVAL, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO 9 POL, MATERIAL CABO MADEIRA COM GUARNIÇÃO METÁLICA, CABO SOLDADO.	33,25
42	3	20	CADA	423357	COLHER PEDREIRO RETA, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO 10 POL, MATERIAL CABO MADEIRA COM GUARNIÇÃO METÁLICA, CABO SOLDADO.	16,52
43	3	20	CADA	413906	COLHER PEDREIRO RETA, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO 7 POL, MATERIAL CABO MADEIRA COM GUARNIÇÃO METÁLICA, CABO SOLDADO.	15,86
44	3	20	CADA	413905	COLHER PEDREIRO RETA, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO 8 POL, MATERIAL CABO MADEIRA COM GUARNIÇÃO METÁLICA, CABO SOLDADO.	30,00

45	3	20	CADA	217152	COLHER PEDREIRO RETA, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO 9 POL, MATERIAL CABO MADEIRA COM GUARNIÇÃO METÁLICA, CABO SOLDADO.	34,49
46	3	20	CADA	288119	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA, CABO FIXADO POR ELETROFUSÃO, LÂMINA EM AÇO 0,6MM, TAMANHO 12 X 24CM, CABO EM MADEIRA.	10,66
47	3	20	CADA	296200	DESEMPENADEIRA DENTADA DE AÇO, CABO FIXADO POR ELETROFUSÃO, LÂMINA EM AÇO 0,6 MM, DENTES COM 6 X 6MM, TAMANHO 12 X 24CM.	10,73
48	3	20	CADA	296200	DESEMPENADEIRA DENTADA DE AÇO, CABO FIXADO POR ELETROFUSÃO, LÂMINA EM AÇO 0,6MM, DENTES COM 8 X 8MM, TAMANHO 12 X 48CM.	22,89
49	3	20	CADA	436485	DESEMPENADEIRA EM PLÁSTICO, COM ESPUMA, TAMANHO 14 X 27CM.	19,90
50	3	20	CADA	468646	DESEMPENADEIRA LISA EM MADEIRA DE CEDRINHO, TAMANHO 12 X 24CM, CABO EM MADEIRA.	13,13
51	3	20	CADA	468646	DESEMPENADEIRA LISA EM MADEIRA DE CEDRINHO, TAMANHO 15 X	12,30

					25CM, CABO EM MADEIRA.	
52	3	20	CADA	468646	DESEMPENADEIRA PARA ACABAMENTO, MADEIRA DE CEDRINHO, TAMANHO 7,5 X 12CM.	5,69
53	3	40	CADA	224109	ESPÁTULA, MATERIAL LÂMINA AÇO CARBONO, MATERIAL CABO PLÁSTICO, COMPRIMENTO DA LÂMINA 118MM, LARGURA DA LÂMINA 100MM, APLICAÇÃO MASSA E RASPAGEM.	3,21
54	3	40	CADA	442314	ESPÁTULA, MATERIAL LÂMINA AÇO CARBONO, MATERIAL CABO PLÁSTICO, COMPRIMENTO DA LÂMINA 118MM, LARGURA DA LÂMINA 120MM, APLICAÇÃO MASSA E RASPAGEM.	10,96
55	3	40	CADA	442317	ESPÁTULA, MATERIAL LÂMINA AÇO CARBONO, MATERIAL CABO PLÁSTICO, COMPRIMENTO DA LÂMINA 118MM, LARGURA DA LÂMINA 80MM, APLICAÇÃO MASSA E RASPAGEM.	2,76
56	3	40	CADA	285253	LÁPIS DE CARPINTEIRO, COR GRAFITE, COMPRIMENTO 180MM, LARGURA 17MM, ALTURA 10MM.	1,02

57	3	20	ROLO	262706	LINHA PARA PEDREIRO, MATERIAL DE FABRICAÇÃO POLIETILENO, ROLO COM 50 METROS.	3,48
58	3	20	CADA	447421	MANGUEIRA EM PVC, COR TRANSLÚCIDA, DIÂMETRO INTERNO 5/16", ESPESSURA DA PAREDE 1,5MM, TEMPERATURA DE TRABALHO DE 5° A 50°C, COMPRIMENTO 10M.	24,08
59	3	20	CADA	265470	PRUMO DE CENTRO, MATERIAL AÇO 1020, CORDA DE NYLON ALTA RESISTÊNCIA, CALÇO GUIA DE AÇO, PESO 400G.	23,47
60	3	20	CADA	313744	PRUMO DE PAREDE, MATERIAL AÇO 1020, CORDA DE NYLON ALTA RESISTÊNCIA, CALÇO GUIA DE MADEIRA, PESO 500G.	69,72
61	3	20	CADA	439071	RÉGUA, MATERIAL AÇO INOX, LARGURA 30MM, ALTURA 1MM, COMPRIMENTO 1000MM, GRADUAÇÃO EM MM.	74,63
62	3	40	CADA	313933	RÉGUA PEDREIRO, MATERIAL ALUMÍNIO, ESTRUTURA BITUBULAR, LARGURA 5CM, ALTURA 2,5CM, COMPRIMENTO 200CM.	59,97
					TORQUÊS	

63	3	20	CADA	249985	ARMADOR, MATERIAL CORPO AÇO CARBONO ESPECIAL, TEMPERA ESPECIAL NO GUME DE CORTE E MANDIBULAS, TAMANHO 12 POL, COM PINTURA ELETROSTÁTICA.	54,99
64	4	4	CADA	235471	ALICATE BOMBA D'ÁGUA VDE ISOLADO CORPO EM AÇO GEDORE- VANADIUM, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, EMPUNHADURA ERGONÔMICA COM ABAS PROTETORAS ARREDONDADAS PARA MAIOR CONFORTO E SEGURANÇA PRODUZIDA POR IMERSÃO EM POLÍMERO ANTI- CHAMAS, PROPICIANDO ISOLAÇÃO ATÉ 1000V, CONFORME NORMA EN 60900/IEC 60900.	91,04
65	4	8	CADA	439066	CHAVE AJUSTÁVEL/INGLESA 12", TAMANHO 300MM, AÇO LIGA DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA.	67,02
66	4	4	CADA	377429	CHAVE DE CANO GRIFO CORRENTE, MATERIAL AÇO CARBONO, COMPRIMENTO 11 POL, COMPRIMENTO DA CORRENTE 440MM, ACABAMENTO FOSFATIZADO, CABO COM	98,35

					REVESTIMENTO.	
67	4	4	CADA	386811	CHAVE DE CANO GRIFO, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, COMPRIMENTO 12 POL, CAPACIDADE ABERTURA 1.3/4 POL.	139,14
68	4	4	CADA	386812	CHAVE DE CANO GRIFO, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, COMPRIMENTO 18 POL, CAPACIDADE ABERTURA 2.1/2 POL.	49,43
69	4	4	CADA	425459	CHAVE DE CANO, MATERIAL DO CORPO FERRO FUNDIDO, MATERIAL DAS MANDÍBULAS AÇO CROMO VANÁDIO, COMPRIMENTO 24 POL, CAPACIDADE ABERTURA 3 POL.	389,70
70	4	4	CADA	319408	CHAVE DE CANO, MATERIAL DO CORPO FERRO FUNDIDO, MATERIAL DAS MANDÍBULAS AÇO CROMO VANÁDIO, COMPRIMENTO 8 POL, CAPACIDADE ABERTURA 37MM.	22,48
71	4	4	CADA	345658	CORTADOR DE TUBOS MANUAL, CAPACIDADE DE CORTE 1/8 POL X 1.1/4 POL, COM DISPOSITIVO PARA REMOVER AS REBARBAS APÓS O CORTE, COM LÂMINA EXTRA INCLUÍDA.	104,90
					FERRO DE SOLDA, TENSÃO 220V,	

72	5	8	CADA	251654	POTÊNCIA 50W, TEMPERATURA MÁXIMA 510°C, COMPRIMENTO 225MM, PONTA TRATADA COM FERRO E ALUMÍNIO, DISSIPADOR DE CALOR, CONJUNTO DE RESISTÊNCIA E TUBO METÁLICO SUBSTITUÍVEIS.	26,05
73	5	4	CADA	292243	FERRO DE SOLDA TIPO MACHADINHA, TENSÃO 220V, POTÊNCIA 250W, COMPRIMENTO 27CM, PONTA COM NÚCLEO DE COBRE, COBERTURA DE FERRO E REVESTIMENTO COM ESTANHO, AQUECIMENTO RÁPIDO, RESISTÊNCIA DE CERÂMICA.	206,33
74	5	2	CADA	448157	MÁSCARA DE SOLDA AUTOMÁTICA DE AUTO ESCURECIMENTO, TONALIDADE VARIÁVEL (DIN 9 A DIN 13), CARÇA FABRICADA EM NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, LENTE PROTETORA EM ACRÍLICO, ÁREA DE VISÃO 100 X 50MM, PROTEÇÃO ULTRAVIOLETA E INFRAVERMELHO, BOTÃO DE TESTE PARA VERIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO NO PRÉ USO, TEMPO DE ATIVAÇÃO CLARO-ESCURO 0,3 MILISSEGUNDOS E	266,63

					ESCURO-CLARO 0,1 A 0,4 SEGUNDOS, ALIMENTAÇÃO CÉLULAS SOLARES E BATERIA DE LÍCIO. ACOMPANHAM: CARNEIRA REGULÁVEL (HORIZONTAL E VERTICAL), BATERIA INTERNA, CASSETE AUTOMÁTICO DIN 09 A 13.	
75	5	4	CADA	297873	PICADEIRA DE SOLDA, CABO COM MOLA, FEITA EM MATERIAL RESISTENTE.	31,33
76	6	4	CADA	345658	ESCAREADOR REBARBADOR DE TUBOS DE COBRE E ALUMÍNIO, TIPO CANETA.	43,27
77	6	4	CADA	343779	FLANGEADOR EXCÊNTRICO DE TUBOS 1/4" Á 3/4" COM CATRACA.	266,75
78	6	4	CADA	345658	KIT FLANGEADOR COM ALARGADOR E CORTADOR DE TUBOS 1/2" A 5/8".	306,35
79	6	4	CADA	450770	MANÔMETRO REFRIGERAÇÃO R-22, LENTES DE ALTO IMPACTO, ESCALAS COLORIDAS DE FÁCIL LEITURA.	136,35
80	6	4	CADA	450770	MANÔMETRO REFRIGERAÇÃO R-410, LENTES DE ALTO IMPACTO, ESCALAS COLORIDAS DE FÁCIL LEITURA.	161,60
81	6	4	CADA	305285	TERMÔMETRO DIGITAL COM 5 SENSORES E CABOS SUPER FLEXÍVEIS.	534,85

82	7	14	CADA	460100	ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL PORTÁTIL COM MUDANÇA DE FAIXA AUTOMÁTICO E LEITURA TRUE RMS, DE ACORDO COM A CATEGORIA III 600V DE SEGURANÇA, LCD DE 3.5/6 DÍGITOS, CONGELAMENTO DE LEITURA E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. REALIZA MEDIDAS DE TENSÃO DC E AC, CORRENTE DC E AC, RESISTÊNCIA, TEMPERATURA, FREQUÊNCIA, CAPACITÂNCIA E TESTES DE DIODO E CONTINUIDADE.	127,52
83	7	20	CADA	395961	DETECTOR DE TENSÃO, INDICAÇÃO DE TENSÃO LUMINOSA E SONORA, ALIMENTAÇÃO: 2 PILHAS 1,5V TIPO AAA, DIMENSÕES: 160(A) X 20(L) X 20(P) MM, TENSÃO DE OPERAÇÃO: 90V A 1000V AC, FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 48HZ A 62HZ, DE ACORDO COM A CATEGORIA IV 1000V DE INSTALAÇÃO CONFORME A NORMA IEC 61010.	45,10
84	7	8	CADA	439324	LANTERNA HOLOFOTE COM 19 LEDS, BATERIA RECARREGÁVEL, TENSÃO ELÉTRICA AC 90-240V.	116,97

85	8	24	CADA	339360	ARO COM PNEU DE CARRO DE MÃO DE 14 POL., ARO FABRICADO EM CHAPA DE AÇO, ESPESSURA DA CHAPA DE 0,6 MM, MANCAL EM BUCHA DE POLIPROPILENO, DIÂMETRO DO EIXO DE 1 POL., PNEU DE BORRACHA DE ALTA QUALIDADE.	50,76
86	8	60	CADA	251053	CÂMARA DE AR P/ PNEU DE CARRINHO DE MÃO MEDINDO 3,25 X 8 POL.	11,33
87	8	40	CADA	335133	CÂMARA DE AR P/ PNEU DE CARRINHO DE MÃO MEDINDO 3,50 X 8 POL.	27,59
88	8	2	CADA	225343	CARRINHO DE CARGA ESCADA, COM RODAS MACIÇAS, MEDINDO 1300 X 380 X 290MM, CAPACIDADE DE CARGA 300KG.	439,67
89	8	20	CADA	340316	CARRINHO DE MÃO EXTRA FORTE, CAÇAMBA METÁLICA REFORÇADA, ESPESSURA DA CHAPA (Nº/MM) 20/0,90, CAPACIDADE 80 LITROS, ESTRUTURA DE CANTONEIRA, RODA COM PNEU E CÂMARA 3,50 X 8.	208,52
90	8	20	CADA	453137	CARRINHO DE MÃO METÁLICO, CAÇAMBA QUADRADA REFORÇADA, CAPACIDADE 65 LITROS, ESPESSURA DA CHAPA (Nº/MM)	218,67

					20/0,90, RODA COM PNEU E CÂMARA.	
91	8	4	CADA	449170	PNEU DIANTEIRO 15 X 6.00 - 6 LONAS PARA TRATOR MURRAY 13HP.	405,67
92	8	4	CADA	449170	PNEU DIANTEIRO 15 X 6.00 - 6 LONAS PARA TRATOR MURRAY 21HP.	283,67
93	8	40	CADA	251124	PNEU INDUSTRIAL PARA CARRINHO, 3,25 x 8 POL, 2 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 100 KG.	20,88
94	8	60	CADA	442744	PNEU INDUSTRIAL PARA CARRINHO, 3,50 x 8 POL, 4 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 100 KG.	44,33
95	8	4	CADA	337379	PNEU TRASEIRO 18 X 8.50 - 8 LONAS PARA TRATOR MURRAY 13HP.	357,97
96	9	20	CADA	217673	ESQUADRO PROFISSIONAL, EM ALUMÍNIO, TAMANHO 12?.	19,96
97	9	20	CADA	376870	ESQUADRO PROFISSIONAL, EM ALUMÍNIO, TAMANHO 16?.	57,31
98	9	40	CADA	312507	NÍVEL DE BOLHA, TAMANHO 12 POL, COM 2 BOLHAS, ESTRUTURA EM MADEIRA.	8,38
99	9	40	CADA	217695	NÍVEL DE BOLHA, TAMANHO 350MM, COM 3 BOLHAS, ESTRUTURA EM VIGA "I" DE ALUMÍNIO, SISTEMA DE AMORTECIMENTO	36,60

					PARA IMPACTOS.	
100	9	8	CADA	217696	NÍVEL DE BOLHA, TAMANHO 600MM, COM 3 BOLHAS, ESTRUTURA EM VIGA "I" DE ALUMÍNIO, SISTEMA DE AMORTECIMENTO PARA IMPACTOS.	171,57
101	9	4	CADA	319542	PAQUÍMETRO UNIVERSAL, MATERIAL TITÂNIO, CAPACIDADE 150MM - 6", APLICAÇÃO MEDIÇÃO EXTERNA/INTERNA, PROFUNDIDADE E RESSALTOS, TIPO DE ESCALA MÉTRICA E INGLESA, DESLIZE DO CURSOR SOBRE GUIAS RESSALTADAS, COMPRIMENTO DO BICO 40MM, ACOMPANHA ESTOJO.	325,13
102	9	20	CADA	232464	TRENA, MATERIAL AÇO, LARGURA LÂMINA 19MM, COMPRIMENTO 3M, ENROLAMENTO AUTOMÁTICO COM FREIO E TRAVA, IMÃ NA PONTA, MARCAÇÃO DUPLA FACE, COBERTURA EM NYLON, CAIXA EMBORRACHADA, DESENHO ERGONÔMICO.	65,37
103	9	40	CADA	279114	TRENA, MATERIAL AÇO, LARGURA LÂMINA 25MM, COMPRIMENTO 5M, ENROLAMENTO AUTOMÁTICO COM FREIO E TRAVA, IMÃ NA PONTA,	43,26

					MARCAÇÃO DUPLA FACE, COBERTURA EM NYLON, CAIXA EMBORRACHADA, DESENHO ERGONÔMICO.	
104	9	20	CADA	369095	TRENA, MATERIAL AÇO, LARGURA LÂMINA 25MM, COMPRIMENTO 8M, ENROLAMENTO AUTOMÁTICO COM FREIO E TRAVA, IMÃ NA PONTA, MARCAÇÃO DUPLA FACE, COBERTURA EM NYLON, CAIXA EMBORRACHADA, DESENHO ERGONÔMICO.	61,63
105	9	2	CADA	372609	TRENA, MATERIAL FIBRA VIDRO, LARGURA LÂMINA 13MM, COMPRIMENTO 50M, CAIXA ABERTA, CORPO EM PLASTICO ABS, RESISTENTE A QUEDAS, CABO EMBORRACHADO, TIPO REBOBINAMENTO MANUAL.	90,92
106	10	20	CADA	318760	BAÚ PARA FERRAMENTAS, MATERIAL AÇO, COMPRIMENTO 500MM, LARGURA 160MM, ALTURA 170MM, COM 1 BANDEJA, TRAVA E PORTA-CADEADO, PESO 2,0KG.	51,87
					BOLSA EM LONA PARA FERRAMENTAS, 18 POL, BASE INFERIOR EM EVA, 7 BOLSOS EXTERNOS, 10 BOLSOS INTERNOS,	

107	10	40	CADA	393226	FECHO COM ZÍPER, ALÇA REMOVÍVEL COM PROTEÇÃO PARA OMBROS, PRODUZIDA EM NYLON DUPLO REFORÇADO COM TRAMA DE MIL FIOS, COMPRIMENTO: 500MM, LARGURA: 280MM, ALTURA 306MM, PESO: 2KG.	234,75
108	10	20	CADA	213922	CAIXA DE FERRAMENTAS SANFONADA, COM 3 GAVETAS, COMPRIMENTO 500MM, LARGURA 200MM, ALTURA 280MM, COM PORTA-CADEADO, CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO REFORÇADA, PESO 3,5KG.	58,22
109	10	20	CADA	266935	CAIXA DE FERRAMENTAS SANFONADA, COM 5 GAVETAS, COMPRIMENTO 500MM, LARGURA 200MM, ALTURA 325MM, COM PORTA-CADEADO, CONFECCIONADA EM CHAPA DE AÇO REFORÇADA, PESO 4,7KG.	125,32
110	10	40	CADA	430335	CINTURÃO DE FERRAMENTAS, PRODUZIDO EM POLIÉSTER REFORÇADO COM ESTRUTURA INTERNA, CINTO COM FECHO RÁPIDO, POSSUI 06 BOLSOS, 09 SUPORTES PARA OBJETOS PEQUENOS, DIMENSÕES (COMP.	109,92

					X LARG. X ALT.): 115 X 255 X 160MM.	
111	10	20	CADA	439942	MALETA DE COURO PARA FERRAMENTAS, MEDINDO 400MM X 140MM X 210MM, TOTALMENTE COSTURADA, ALÇAS PRESAS POR REBITES, FECHAMENTO ATRAVÉS DE FIVELAS, PÉS DE APOIO METÁLICO.	95,09
112	11	10	CADA	214232	CINZEL PLANO, ENCAIXE SDS-MAX, COMPRIMENTO 400MM, LARGURA 25MM.	157,97
113	11	10	CADA	214238	CINZEL PLANO, ENCAIXE SDS-PLUS, COMPRIMENTO 250MM, LARGURA 20MM.	14,13
114	11	10	CADA	214234	CINZEL PLANO, ENCAIXE SDS-PLUS, COMPRIMENTO 250MM, LARGURA 40MM, AUTOAFIÁVEL.	42,13
115	11	10	CADA	336014	CINZEL PONTIAGUDO, ENCAIXE SDS-PLUS, COMPRIMENTO 250MM, AUTOAFIÁVEL.	64,56
116	11	20	CADA	249755	FORMÃO, MATERIAL CORPO CROMO VANÁDIO, CABO MADEIRA, BITOLA 1.1/2 POL.	16,32
117	11	20	CADA	249751	FORMÃO, MATERIAL CORPO CROMO VANÁDIO, CABO MADEIRA, BITOLA 1/2 POL.	20,10

118	11	20	CADA	249753	FORMÃO, MATERIAL CORPO CROMO VANÁDIO, CABO MADEIRA, BITOLA 7/8 POL.	31,47
119	11	20	CADA	322598	GROSA MEIA CANA 12" 300MM.	68,85
120	11	8	CADA	225678	LIMA CHATA MURÇA 8 POL.	11,38
121	11	8	CADA	447275	LIMA CILÍNDRICA PARA AFIAR CORRENTE DE 8? X 7/32?, COM CABO.	22,80
122	11	8	CADA	364369	LIMA REDONDA DE 4MM (5/32?) DE DIÂMETRO PARA AFIAR CORRENTE DE 3/8?.	19,93
123	12	10	CADA	213883	ANCINHO CURVO LEVE 14 DENTES, FABRICADO EM AÇO CARBONO ESPECIAL TEMPERADO EM TODO CORPO DA PEÇA, OLHAL DE 29MM DE DIÂMETRO, CABO DE 150CM PRODUZIDO EM MADEIRA DE EUCALIPTO.	30,11
124	12	10	CADA	213884	ANCINHO ESTAMPADO 14 DENTES, FABRICADO EM AÇO CARBONO ESPECIAL, OLHAL COM 23 MM DE DIÂMETRO, CABO DE 120CM PRODUZIDO EM MADEIRA DE EUCALIPTO.	19,55
125	12	20	CADA	380635	CABO REDONDO PARA ENXADA, MADEIRA DE LEI, DISPENSA O USO DE CUNHA, COMPRIMENTO	53,90

					150CM.	
126	12	4	CADA	264901	CAVADEIRA, MATERIAL AÇO, TIPO ARTICULADA, CABO EM MADEIRA, COMPRIMENTO CABO 1,5M, COMPRIMENTO DAS GARRAS 24CM, FABRICADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL TEMPERADO EM TODO CORPO DA PEÇA.	62,53
127	12	20	CADA	226833	ENXADA, MATERIAL AÇO CARBONO, MATERIAL ENCAIXE CABO FERRO FUNDIDO, LARGURA 30CM, ALTURA 18CM, TIPO ESTAMPADO (ACHATADO), CABO MADEIRA DE LEI RESISTENTE A IMPACTOS, COMPRIMENTO CABO 150CM, PINTURA ELETROSTÁTICA.	30,32
128	12	20	CADA	340002	ENXADÃO, MATERIAL AÇO FORJADO SAE 1070, SUPORTE PINTADO, MEDINDO 150 X 278MM, CABO MADEIRA, OLHAL REDONDO.	36,25
129	12	20	CADA	438645	ENXADA PARA ARGAMASSA, MATERIAL AÇO CARBONO, MATERIAL ENCAIXE CABO FERRO FUNDIDO, COM CABO DE MADEIRA 150CM.	35,73
					GARFO FORCADO COM 4 DENTES RETOS EM AÇO, COM	

130	12	4	CADA	396872	CABO EM MADEIRA DE EUCALIPTO COM 1,20 METROS DE COMPRIMENTO.	72,19
131	12	20	CAD	345375	PÁ, CABO DE MADEIRA, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL AÇO, FORMATO DE BICO, TIPO CONCHA, LARGURA DA PÁ 27CM, COMPRIMENTO TOTAL 150CM, COMPRIMENTO CABO 120CM, COM PEGADOR	33,06
132	12	40	CADA	249585	PÁ, CABO DE MADEIRA, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL AÇO, FORMATO QUADRADA, TIPO CONCHA, LARGURA DA PÁ 26CM, COMPRIMENTO TOTAL 99CM, COMPRIMENTO CABO 71CM.	31,61
133	12	4	CADA	274587	PÁ, CABO DE MADEIRA, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, MATERIAL AÇO, FORMATO QUADRADA, TIPO CORTE, TAMANHO 246 X 206MM, COMPRIMENTO CABO 1,20M.	34,13
134	12	4	CADA	452498	PICARETA COMUM, PONTA E PÁ 75 MM, MATERIAL AÇO SAE 1045, CABO DE 92CM, DUREZA: 42 A 46 RC, ACABAMENTO: PINTADO PRETO.	41,56

135	13	2	CADA	214062	ARCO DE SERRA 24 POL., CABO ERGONÔMICO, UTILIZADO PARA CORTES EM MADEIRA, PODA DE ARVORES, ETC.	88,16
136	13	20	CADA	262781	ARCO DE SERRA AJUSTÁVEL PARA LÂMINAS DE 8, 10 E 12 POL., EMPUNHADURA DE BORRACHA, EIXO GIRATÓRIO, SUPORTA TENSÕES DE ATÉ 115 LBS (52 kg).	79,56
137	13	4	CADA	432571	CORTADOR DE CERÂMICA EM CÍRCULOS, POSSUI BROCA CIRCULAR REVESTIDA DE CARBONETO, GRADE DE PLÁSTICO DE PROTEÇÃO, APLICAÇÃO EM DIVERSOS TIPOS DE MATERIAIS COMO: VIDRO, TELHA CERÂMICA E PLÁSTICO, COM BROCA AJUSTÁVEL, DIÂMETRO DE CORTE DE 20 A 94MM, UTILIZADO EM CONJUNTO DE FURADEIRA ELÉTRICA.	40,93
138	13	4	CADA	293631	CORTADOR DE VIDRO PROFISSIONAL COM RESERVATÓRIO, RODEL DE CORTE EM LIGA DE CARBORETO DE TUNGSTÊNIO, ACOMPANHA BISNAGA DOSADORA PARA ABASTECER RESERVATÓRIO DE	33,13

					QUEROSENE.	
139	13	4	CADA	439384	CORTADOR DE VIDROS CIRCULAR COM DIÂMETRO DE 60CM.	151,43
140	13	40	CADA	326848	ESTILETE RETRÁTIL 18MM PARA TRABALHO PESADO, ESTRUTURA DE METAL E POLÍMERO RESISTENTE, BOTÃO PARA AJUSTE DA LÂMINA, GUIA INTERNA DE AÇO INOX.	27,88
141	13	200	CADA	239037	LÂMINA DE SERRA MANUAL DUPLA, AÇO RÁPIDO BIMETAL, 24 DENTES POR POLEGADA, LARGURA 13MM, COMPRIMENTO 300MM, APLICAÇÃO ARCO DE SERRA, ESPESSURA 0,65MM, FLEXÍVEL, RESISTENTE.	3,98
142	13	10	CADA	246034	MINI ARCO DE SERRA 10 POL., COM CABO ERGONÔMICO INJETADO.	23,36
143	13	4	CADA	317622	TESOURA DE PODA CURVA DE 8 POL, COM LÂMINAS FABRICADAS EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO TEMPERADA, COM CABO EMBORRACHADO, COM TRAVA DE SEGURANÇA E MOLA.	59,74
					TESOURA PARA CERCA VIVA E GRAMA, COM LÂMINA DE 12 POL, LÂMINA	

144	13	4	CADA	247784	SERRILHADA QUE POSSIBILITA A PODA DE PEQUENOS GALHOS, FABRICADA EM AÇO ESPECIAL TEMPERADO, COM CABO DE MADEIRA DE LEI.	35,25
145	14	30	CADA	438123	BOBINA DE FIO DE NYLON QUADRADO COM 3MM DE ESPESSURA, PARA ROÇADEIRAS, FORNECIDA EM ROLO COM 200 METROS.	103,40
146	14	20	CADA	438123	BOBINA DE FIO DE NYLON REDONDO COM 3MM DE ESPESSURA, FORNECIDO EM ROLO DE 250 METROS.	110,27
147	14	4	ROLO	336022	CORDA POLIPROPILENO TRANÇADA BRANCA 12MM - ROLO COM 220M.	311,58
148	14	4	ROLO	363577	CORDA POLIPROPILENO TRANÇADA BRANCA 5,0MM - ROLO COM 250M.	152,78
149	14	10	CADA	356098	LONA PLASTICA PRETA 200 MICRAS 4M DE LARGURA X 50 METROS, 30 KG.	291,42
150	14	4	CADA	245384	PASSA FIO, MATERIAL NÁILON COM ALMA DE AÇO, COMPRIMENTO 20M, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE TELEFONE EM GERAL.	62,60
					CHAVE ALLEN -	

151	15	4	JOGO	433265	JOGO CHAVE, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO FOSFATIZADO, TIPO ALLEN, 09 PEÇAS, DE 1,5 A 10MM, LONGO.	23,65
152	15	4	JOGO	433265	CHAVE ALLEN - JOGO CHAVE, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO FOSFATIZADO, TIPO ALLEN, 11 PEÇAS, DE 1,5 A 10MM, CURTO.	37,82
153	15	4	PEÇA	249855	CHAVE ALLEN, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO, FORMATO HEXAGONAL, 11 X 128MM, MODELO L.	10,05
154	15	4	PEÇA	240151	CHAVE ALLEN, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO, FORMATO HEXAGONAL, 12 X 136MM, MODELO L.	12,13
155	15	4	PEÇA	301572	CHAVE ALLEN, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO, FORMATO HEXAGONAL, 14 X 154MM, MODELO L.	36,03
156	15	4	PEÇA	259732	CHAVE ALLEN, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO, FORMATO	28,01

					HEXAGONAL, 16 X 168MM, MODELO L.	
157	15	4	PEÇA	259732	CHAVE ALLEN, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO, FORMATO HEXAGONAL, 17 X 178MM, MODELO L.	33,12
158	15	4	PEÇA	249137	CHAVE ALLEN, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO, FORMATO HEXAGONAL, 19 X 198MM, MODELO L.	44,11
159	15	4	PEÇA	321380	CHAVE ALLEN, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, TRATAMENTO SUPERFICIAL FOSFATIZADO, FORMATO HEXAGONAL, 22 X 217MM, MODELO L.	85,74
160	15	4	JOGO	254527	JOGO CHAVE ALLEN CURTA, ACABAMENTO OXIDADO, FABRICADO EM AÇO CROMO-VANÁDIO, PERFIL DO CORPO EM L, COMPOSTO POR 12 PEÇAS: 5/32", 3/16", 7/32", 1/4", 5/16", 3/8", 7/16", 1/2", 9/16", 5/8", 3/4" E 7/8", ACOMPANHA ESTOJO DE PLÁSTICO.	63,47
					CHAVE COMBINADA - JOGO, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO	

161	16	10	JOGO	286755	NIQUELADO E CROMADO, QUANTIDADE DE PEÇAS 17, COMPONENTES DE 6 A 22MM.	258,30
162	16	10	PEÇA	462845	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 24MM.	24,13
163	16	10	PEÇA	462862	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 27MM.	51,30
164	16	10	PEÇA	462860	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 30MM.	51,43
165	16	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 32MM.	60,83
166	16	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 36MM.	102,18
167	16	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 41MM.	100,27

168	16	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 46MM.	112,43
169	16	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 50MM.	190,30
170	17	10	JOGO	320753	CHAVE COMBINADA - JOGO, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, QUANTIDADE DE PEÇAS 14, COMPONENTES DE 1/4 A 1 POL.	293,87
171	17	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 1.1/2 POL.	84,22
172	17	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 1.1/4 POL.	28,87
173	17	10	PEÇA	462862	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 1.1/8 POL.	63,76
					CHAVE COMBINADA,	

174	17	10	PEÇA	462855	MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 1.3/4 POL.	191,18
175	17	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 1.5/16 POL.	57,73
176	17	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 1.5/8 POL.	102,60
177	17	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 1.7/8 POL.	187,33
178	17	10	PEÇA	462855	CHAVE COMBINADA, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO NIQUELADO E CROMADO, BITOLA 2 POL.	221,55
179	18	4	JOGO	299106	CHAVE BIELA - JOGO, MATERIAL AÇO DIN 17350 - 31CRV3, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, QUANTIDADE DE PEÇAS 07, COMPONENTES 3/8 A 3/4 POL.	185,49
					CHAVE BIELA - JOGO, MATERIAL AÇO DIN 17350 -	

180	18	4	JOGO	355399	31CRV3, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, QUANTIDADE DE PEÇAS 12, COMPONENTES 8 A 19MM.	310,03
181	19	40	JOGO	433266	CHAVE DE FENDA - JOGO COM 6 PEÇAS, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, ISOLADO 1000V, CONFORME NBR 9699 E NR 10, HASTE ISOLADA, CABO ERGONÔMICO: 3 CHAVES FENDA SIMPLES 1/8 X 3 POL, 3/16 X 4 POL, 1/4 X 6 POL; 3 CHAVES FENDA CRUZADA 1/8 X 3 POL (PH0), 3/16 X 4 POL (PH1), 1/4 X 6 POL (PH2).	71,80
182	19	40	PEÇA	279027	CHAVE FENDA CHATA, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, CABO EM POLIPROPILENO, BITOLA 1/4 X 6 POL, CABO ERGONÔMICO. ISOLAMENTO 1000V, COM SELO CERTIFICADO NBR 9699 E NR 10/HASTE ISOLADA.	14,92
183	19	40	PEÇA	238627	CHAVE FENDA CHATA, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, CABO EM POLIPROPILENO, BITOLA 3/16 X 6 POL, CABO ERGONÔMICO. ISOLAMENTO 1000V, COM SELO CERTIFICADO NBR 9699 E NR 10/HASTE ISOLADA.	15,31
					CHAVE FENDA	

184	19	40	PEÇA	238628	CHATA, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, CABO EM POLIPROPILENO, BITOLA 5/16 X 8 POL, CABO ERGONÔMICO. ISOLAMENTO 1000V, COM SELO CERTIFICADO NBR 9699 E NR 10/HASTE ISOLADA.	12,80
185	19	40	PEÇA	312458	CHAVE FENDA PHILIPS, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, CABO EM POLIPROPILENO, BITOLA 1/8 X 6 POL, CABO ERGONÔMICO. ISOLAMENTO 1000V, COM SELO CERTIFICADO NBR 9699 E NR 10/HASTE ISOLADA.	8,36
186	19	40	PEÇA	238630	CHAVE FENDA PHILIPS, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, CABO EM POLIPROPILENO, BITOLA 3/16 X 6 POL, CABO ERGONÔMICO. ISOLAMENTO 1000V, COM SELO CERTIFICADO NBR 9699 E NR 10/HASTE ISOLADA.	16,71
187	19	40	PEÇA	238626	CHAVE FENDA PHILIPS, MATERIAL HASTE AÇO CROMO VANÁDIO, CABO EM POLIPROPILENO, BITOLA 3/8 X 8 POL, CABO ERGONÔMICO. ISOLAMENTO 1000V, COM SELO CERTIFICADO NBR 9699 E NR 10/HASTE ISOLADA.	16,80
					CHAVE FENDA PHILIPS, MATERIAL HASTE AÇO CROMO	

188	19	40	PEÇA	286234	VANÁDIO, CABO EM POLIPROPILENO, BITOLA 5/16 X 6 POL (PH3), CABO ERGONÔMICO. ISOLAMENTO 1000V, COM SELO CERTIFICADO NBR 9699 E NR 10/HASTE ISOLADA.	16,62
189	19	20	JOGO	354376	JOGO DE BITS PARA PARAFUSADEIRA COM 25 PEÇAS, COMPOSTO POR: 16 PONTAS DE 25MM, SENDO: 3 BITS TIPO PHILIPS: PH1 ?PH2 ? PH3, 3 BITS TIPO POZIDRIVE: PZ1 ? PZ2 ?PZ3; 3 BITS TIPO FENDA: 0,6 X 4,5MM ? 0,8 X 5,5MM ? 1,2 X 8,0MM; 3 BITS TIPO HEXAGONAL: 4 ? 5 ? 6MM; 4 BITS TIPO TORK: T15 ? T20 ? T25 ?T30; 8 PONTAS DE 50MM, SENDO: 3 BITS TIPO PHILIPS: PH1 ? PH2 ? PH3; 2 BITS TIPO FENDA: 0,6 X 4,5MM ? 0,8 X 5,5MM; 3 BITS TIPO TORK: T15 ? T20 ? T25; 01 ADAPTADOR UNIVERSAL MAGNÉTICO DE 60MM, ACOMPANHA ESTOJO PLÁSTICO.	48,33
190	19	10	JOGO	445382	KIT BICO BITS PARA PARAFUSADEIRA 10 PEÇAS, TAMANHO 5 CM, PONTA TIPO ESTRELA, MAGNÉTICAS.	19,63
191	20	2	JOGO	321504	JOGO SOQUETES ESTRIADO, ENCAIXE 1/2 POL, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, 20 PEÇAS, 10 A 32MM, C/ ESTOJO	205,37

					METÁLICO E 5 ACESSÓRIOS, NIQUELADO E CROMADO.	
192	20	2	JOGO	441808	JOGO SOQUETES ESTRIADO, ENCAIXE 1/2 POL, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, 20 PEÇAS, 1/4 POL A 1.1/4 POL, C/ ESTOJO METÁLICO E 5 ACESSÓRIOS, NIQUELADO E CROMADO.	269,63
193	20	2	JOGO	446718	JOGO SOQUETES ESTRIADO, ENCAIXE 3/4 POL, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, 10 PEÇAS, 22 A 50MM, C/ ESTOJO METÁLICO E 4 ACESSÓRIOS, NIQUELADO E CROMADO.	413,30
194	20	2	JOGO	286851	JOGO SOQUETES ESTRIADO, ENCAIXE 3/4 POL, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, 14 PEÇAS, 7/8 A 2 POL, C/ ESTOJO METÁLICO E 4 ACESSÓRIOS, NIQUELADO E CROMADO.	902,93
195	20	2	JOGO	356796	JOGO SOQUETE TORX, ENCAIXE 1/2 POL, MATERIAL AÇO CROMO VANÁDIO, COM 17 PEÇAS, CONTENDO ITX-19 E TX-19, NIQUELADO E CROMADO, COM ESTOJO METÁLICO.	170,30
196	21	10	PEÇA	255532	HASTE SDS PLUS LONGA PARA SERRA COPO, COMPRIMENTO 300MM.	50,41

197	21	4	JOGO	331029	JOGO DE FRESAS PARA MADEIRA COM 6 PEÇAS, ENCAIXE 6MM, FABRICADA COM MATERIAL À BASE DE CARBONO DE TUNGSTÊNIO, COMPOSTO POR 6 PEÇAS, SENDO: 2 FRESAS DE RANHURAR, 1 FRESA DE ARREDONDAR, 1 FRESA MEIA-CANA, 1 FRESA DE PERFILAR, 1 FRESA DE ENSAMBLAR, ACOMPANHA ESTOJO PLÁSTICO.	277,12
198	21	8	JOGO	445164	SERRA COPO BIMETAL, JOGO COM 9 PEÇAS, UTILIZAÇÃO EM METAIS, CONTENDO OS ITENS: 6 SERRAS COPO NAS MEDIDAS 22MM, 29MM, 35MM, 51MM E 64MM; 1 HASTE Nº 1 DE 1/4 POL E ROSCA 1/2 POL UNF COM BROCA PILOTO DE 1/4 POL; 1 HASTE Nº 2 DE 3/8 POL E ROSCA 5/8 POL UNF COM BROCA PILOTO DE 1/4 POL; 1 ADAPTADOR COM ROSCA DE 5/8 POL UNF PARA ROSCA 1/2 POL UNF, ACOMPANHA MALETA PLÁSTICA.	451,16
199	21	20	JOGO	323874	SERRA COPO DE TUNGSTÊNIO, JOGO COM 6 PEÇAS NAS MEDIDAS: 33MM, 53MM, 67MM, 73MM; 1 BASE UNIVERSAL COM CAPACIDADE PARA SERRAS DE: 33MM, 43MM, 53MM, 63MM, 67MM, 83MM; 1	125,40

					PINO GUIA, ACOMPANHA MALETA PLÁSTICA.	
200	21	30	PEÇA	438809	SERRA COPO DIAMANTADA 60MM, COM PINO GUIA, ENCAIXE SDS-PLUS PARA FUROS EM PAREDES DE ALVENARIA E CONCRETO, COMPRIMENTO ÚTIL HASTE + COPO 210MM.	106,92
201	21	8	JOGO	445164	SERRA COPO EM AÇO RÁPIDO PARA MADEIRA, JOGO C/ 5 COPOS NAS MEDIDAS: 2.1/2 POL, 3 POL, 3.1/2 POL, 4 POL E 5 POL; 1 MANDRIL 3/8 POL; 1 BROCA DE 2.1/8 POL; CHAVE ALLEN, ACOMPANHA MALETA.	31,06
202	21	8	JOGO	445164	SERRA COPO EM AÇO RÁPIDO PARA MADEIRA, JOGO C/ 6 COPOS NAS MEDIDAS: 22, 29, 35, 44, 51 E 64MM; 2 MANDRIS, 1 BROCA GUIA E CHAVE ALLEN, ACOMPANHA MALETA.	241,06

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de ferramentas manuais e equipamentos de manutenção de uso geral se faz necessária devido ao volume de serviços executados pelas equipes de manutenção nos dispersos Campi que compõem a UFPEL. Ainda, em virtude do desgaste natural que ocorre devido ao uso constante dos equipamentos, justifica-se a abertura desse processo licitatório.

2.1.1. Os materiais assemelhados foram divididos em lotes, pois nem todos os fornecedores trabalham com todas as linhas de materiais. Com afinidade por lote de materiais, é possível concluirmos etapas de determinadas tarefas com pontualidade, haja vista que a entrega de um determinado lote permanece todo o tempo vinculada a determinado fornecedor. Nesse ponto, as vantagens seriam o maior nível de controle do

delegador da tarefa, a maior interação entre as diferentes fases do empreendimento, a maior facilidade no cumprimento de prazos estabelecidos, a concentração da responsabilidade pela execução da tarefa em uma só pessoa bem como a garantia dos resultados.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS**

3.1. Declaramos para os devidos fins que os bens/produtos/serviços a serem adquiridos são de natureza comum conforme decreto 10.024/2019, art. 3º, II: Consideram-se bens/produtos/serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

### **4. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA**

4.1. O prazo de entrega dos produtos não poderá exceder a 30 (trinta) dias, a contar da ciência da emissão da Nota de Empenho.

4.2. Os produtos objetos deste Pregão deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Universidade Federal de Pelotas, Campus Universitário Capão do Leão s/nº, CEP 96160-000, Bairro Jardim América, Capão do Leão/RS, salvo se especificado de modo diverso na Nota de Empenho, dentro dos limites territoriais dos municípios de Pelotas e Capão do Leão.

### **5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **6. DA NOTA DE EMPENHO**

6.1. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para entrega dos produtos começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

6.2. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do e-mail, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal.

6.3. Na Ata de Registro de Preços deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.

## **7. DA NOTA FISCAL**

7.1. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos bens, tais como modelo, marca, número de série, tempo de garantia, cor, medidas, entre outros dados que forem considerados essenciais.

7.2. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPel, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.6. solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

8.1.7. permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da UFPel para tratar de assuntos pertinentes às aquisições contratadas;

8.1.8. rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com o contrato;

8.1.9. proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da entrega dos objetos contratados;

8.1.10. prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

8.1.11. notificar a empresa, por escrito, por ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução do contrato e solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, fixando prazo para tal;

8.1.12. receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

9.1.6. respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do UFPel;

9.1.7. arcar com as despesas diretas e indiretas;

9.1.8. relatar de imediato a UFPel toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento dos bens/produtos;

- 9.1.9. responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência e Proposta apresentada pela Contratada;
- 9.1.10. manter todos os seus dados cadastrais atualizados junto ao SICAF;
- 9.1.11. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante.

## 10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 11. INFORMAÇÕES GERAIS

11.1. A licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, para ser declarada vencedora, deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação válida, na forma da lei, mediante consulta “on-line”, e deverá, **encerrada a etapa de lances**, apresentar os documentos que serão solicitados pelo Pregoeiro, os quais estão previstos nos itens 10.1 e 14.2.1 do edital, por meio de funcionalidade disponível no sistema (“**enviar anexo**”). Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, a documentação poderá ser enviada por e-mail para [cpl.ufpel@gmail.com](mailto:cpl.ufpel@gmail.com).

11.2. Os produtos deverão ter garantia de **no mínimo de 12 (doze) meses**, a contar da data de entrega.

11.3. Os produtos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.

11.4. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto 10.024/2019 e demais normas cogentes: ***“Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”***.

## ANEXO II

### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

#### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 55/2020

#### PROCESSO Nº 23110.019374/2020-17

A Fundação Universidade Federal de Pelotas, situada na Rua Gomes Carneiro nº 01, Pelotas / RS, inscrita no CNPJ sob o nº 92.242.080/0001-00, representada pelo Reitor Pedro Rodrigues Curi Hallal, brasileiro, portador da cédula de Identidade nº 7051603285-SSP/RS, e inscrito no CPF sob o nº 966.240.940-87, residente e domiciliado nesta cidade de Pelotas – RS, nomeado pelo Decreto de 22 de dezembro de 2016, publicado em 23/12/2016 no D.O.U., seção 02, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 55/2020, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS MANUAIS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO**, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 55/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )						
X	Especificação	<i>Marca (se exigida no edital)</i>	<i>Modelo (se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	<i>Prazo de garantia ou validade</i>

## 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.4.1. Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

3.5 Em caso de adjudicação pelo menor valor global por lote será vedada a possibilidade de adesão separada de itens para os quais a **licitante vencedora** não apresentou o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

3.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **4. VALIDADE DA ATA**

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de homologação da licitação, não podendo ser prorrogada.

#### **5. REVISÃO E CANCELAMENTO**

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

## **6. DAS PENALIDADES**

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **7. CONDIÇÕES GERAIS**

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

\_\_\_\_\_  
(Local e data)

**Assinaturas**

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)  
fornecedor(s) registrado(s)



Documento assinado eletronicamente por **PAULO AFONSO HARTMANN ALMEIDA, Assistente em Administração**, em 08/09/2020, às 21:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1045498** e o código CRC **E152ADBD**.

**Referência:** Processo nº 23110.019374/2020-17

SEI nº 1045498